POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES ESPORTIVAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

PUBLIC POLICIES AND SPORTS ACTIONS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE PARANÁ STATE

Rafael Estevam Reis
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba, PR, Brasil
rafael_e_reis@hotmail.com

Fernando Marinho Mezzadri
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba, PR, Brasil
fmezzadri@uol.com.br

Resumo. O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas e/ou ações desenvolvidas pela Secretaria do Esporte e Turismo do Paraná para o esporte para pessoas com deficiência. Nossa pesquisa optou por selecionar arquivos que apresentassem os dados referentes a duas ações desenvolvidas no Estado do Paraná através de sua secretaria. As ações selecionadas foram o Programa Talento Olímpico do Paraná (TOP2016) e os Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPs). A escolha foi em razão de serem programas desenvolvidos e que de alguma forma contribui com o movimento paradesportivo no estado. O TOP2016 oferece bolsas para atletas com e sem deficiência divididas em vários níveis e valores, o PARAJAPs é a competição estadual voltada para atletas com deficiência que já estão em um nível de treinamento mais específico. Ambas as ações são importantes para o desenvolvimento do paradesporto no estado do Paraná, contudo novas ações devem ser pensadas no sentido de poder contribuir ainda mais para o desenvolvimento do movimento paradesportivo no estado do Paraná.

Palavras-chave: Paradesporto; Políticas Pública; Paraná.

Abstract. This study aims to analyze the public policies and / or actions developed by the State Sports Department of the State of Paraná for sports for people with disabilities. Our research chose to select files that presented the data referring to two actions developed in the State of Paraná through its secretary. The selected actions were the Paraná Olympic Talent Program (TOP2016) and the Paraná Paradesportivos Open Games (PARAJAPs). The choice was due to the fact that these programs were developed and that somehow contributed to the paradesportivo movement in the state. The TOP2016 offers handbags for disabled and non-disabled athletes divided into various levels and values, PARAJAPs is the state competition aimed at disabled athletes who are already at a more specific level of training. Both actions are important for the development of paradesport in the state of Paraná, however, new actions should be considered in order to contribute even more to the development of the paradesportivo movement in the state of Paraná.

Keywords: Parasport, Public Policies; Paraná.

INTRODUÇÃO

Devido os últimos eventos grandiosos realizados no Brasil, entendemos que o esporte está em evidência em nosso país. Momento oportuno para discutir, pesquisar, e compreende-lo melhor. Quando nos referimos ao esporte, buscamos analisá-lo de uma forma ampla e polissêmica, o esporte praticado por pessoas com deficiência, paradesporto ou esporte paralímpico, é uma das vertentes esportivas, e como tal, merece ser discutida. O movimento paradesportivo vem se desenvolvendo e buscando seu espaço junto à sociedade, através de mais destaque midiático, um número maior de praticantes e consequentemente um reconhecimento maior por parte dos gestores esportivos, responsáveis direto pela criação de políticas públicas e ações esportivas voltadas à pessoa com deficiência.

No Brasil, o percentual de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência chega a 23% da população (CENSO, 2010), considerando que o Brasil é um país continental, esse percentual representa uma quantidade de pessoas com deficiência maior do que a população de alguns países, um dado que reafirma a necessidade de se pensar em políticas públicas eficientes para esse público. Esse raciocínio deve se seguir em todas as áreas inclusive no esporte. Políticas Públicas que significa para Dias (2012, p.12) um conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do estado na solução dos problemas nacionais.

Sabe-se que não existe nenhuma ação específica por parte do Ministério do Esporte para o movimento paralímpico, e que suas ações para este grupo se dão em conjunto com o esporte olímpico (Reis, 2014). Essas políticas públicas tentam auxiliar o desenvolvimento do esporte paralímpico, através da distribuição de bolsas para os para-atletas ou verbas paras as entidades responsáveis pelo esporte paralímpico no Brasil, bem com o programa Bolsa Atletas, a Lei de Incentivo ao esporte e a Lei Agnelo/Piva. Mas não é somente o Ministério do Esporte, um órgão federal, que faz parte desse

processo, as secretarias estaduais e municipais de esporte, também são responsáveis pela elaboração de ações pensando na pessoa com deficiência e o esporte.

Nesse sentido, que se desenha o objetivo desta pesquisa, o de analisar as políticas públicas e/ou ações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Esportes do Estado do Paraná para o esporte para pessoas com deficiência. Essa análise irá nos permitir compreender a construção de ações locais, fazendo uma relação com ações globais.

METODOLOGIA

Metodologicamente, esta pesquisa pretende realizar uma análise de origem Qualitativa com característica de pesquisa documental, optou-se, portanto, por selecionar arquivos que apresentassem os dados referentes a duas ações desenvolvidas no Estado do Paraná através de sua secretaria. Deve considerada uma pesquisa de origem qualitativa, uma vez que os estudos que utilizam essa metodologia descrevem a complexidade de determinado problema, analisam a interação de certas variáveis, compreendem e classificam processos dinâmicos vividos por grupos sociais. (Gil, 1999).

Os documentos utilizados foram retirados exclusivamente do site da Secretaria Estadual de Esportes do Paraná, esses documentos são dispositivos legais, como leis, diretrizes e decretos, além de estatuto e resultados oficiais de competições que apresentavam dados consistentes dos eventos.

As duas ações selecionadas foram o Programa Talento Olímpico do Paraná e os Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná, sendo ações que foram desenvolvidas para pessoas com e sem deficiência, como uma política exclusiva para o paradesporto, respectivamente. A escolha foi em razão de serem programas que de alguma forma contribuem com o movimento paradesportivo no estado. Também são políticas públicas mais consolidadas dentro da secretaria e com números mais expressivos (tanto no investimento financeiro quanto na quantidade de pessoas atingidas).

Ambas políticas públicas, embora de algum modo auxiliem a pessoa com deficiência praticar esporte, forma selecionadas por terem características bem distintas. Uma caracteriza-se por ofertar um auxílio mensal para atletas que apresentem algum tipo de resultado no paradesporto. A outra por sua vez, é uma competição a nível estadual oferecida pela secretaria do estado. Ambas se complementam enquanto ação para a pessoa com deficiência.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO DO PARANÁ

A Secretaria do Esportes e do Turismo do Paraná (SEET) foi criada através da lei nº 17.014 de 16 de dezembro de 2011, responsável por administrar e gerir o esporte no estado, o atual Secretário é Douglas Fabrício e o Diretor geral é Alberto Martins de Farias, a SEET tem por finalidade:

> I – o planejamento, a organização e a manutenção das políticas e diretrizes do governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;
> II – o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;
> III – a articulação com os Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua área de atuação;
> IV – a gestão dos recursos financeiros destinados à promoção do esporte, lazer esportivo e qualidade de vida;
> V – o cumprimento da legislação esportiva;
> VI – o estímulo e elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência e;
> VII – o desempenho de outras atividades correlatas. (PARANÁ, 2012)

Como podemos observar na lei, é dever da SEET, manter uma articulação com as outras esferas públicas no que concerne ao esporte em nível nacional e internacional. A Secretaria apresenta um plano de desenvolvimento do esporte o qual é constituído por cinco programas, que são: programa de Esporte Educacional, Programa de Esporte de Rendimento, Programa sócio-esportivo, programa de infraestrutura esportiva e Programa de Capacitação e Formação Continuada. Esses programas estão divididos em três

grandes áreas, área de Gestão do Esporte, área de Gestão sócio-esportiva e área de Gestão de Inovação e Desenvolvimento Esportivo.

Podemos observar duas ações destinadas exclusivamente para o público com deficiência dentro da área de gestão do esporte, os Jogos Escolares Paradesportivos do Paraná e os Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná. Duas competições similares ao esporte convencional, com algumas adaptações para o paradesporto, bem como o programa Talento Olímpico do Paraná de 2016 (TOP2016) uma ação gerenciada e desenvolvida pela coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Esportivo. Não será tratado neste estudo os Jogos Escolares, pois os dados para análise não são suficientes para uma boa compreensão do mesmo.

Programa Talento Olímpico do Paraná (TOP2016)

Este programa é de responsabilidade da Coordenação de Inovação e Desenvolvimento Esportivo da SEET e tem como objetivo principal tornar o estado do Paraná uma referência no esporte olímpico e paralímpico brasileiro, valorizar e resgatar os talentos esportivos do estado que tenham destaque nível estadual, nacional e internacional. Tem como objetivos específicos:

> - Identificar jovens que se destacam para a prática do esporte mediante desempenho atual e potencial em competições, visando as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 e/ou 2020;
> - Oferecer a bolsa-esporte para a promoção e incentivo do talento esportivo visando ampliar e qualificar a base esportiva estadual para um melhor desempenho nas competições esportivas;
> - Minimizar a possibilidade de evasão dos atletas paranaenses para outros centros;
> - Medir o desempenho esportivo de atletas do programa TOP2016 nas categorias TOP Escolar, TOP Nacional, TOP Internacional e TOP Olimpo, por meio de avaliações nas variáveis morfofuncionais;
> - Acompanhar o desenvolvimento dos atletas em treinos e competições. (PARANÁ, 2013)

O programa é financiado através da Lei de incentivo ao esporte federal, ou seja, a SEES elaborou um projeto esportivo e encaminhou ao Ministério do Esporte através da Lei de Incentivo ao Esporte, lei essa, que prevê o abatimento de valores sob o imposto de renda, destinando para projetos previamente aprovados pelo ME, para serem captados posteriormente junto a empresas públicas e privadas. Podemos perceber aqui, a utilização de uma lei federal por parte de uma Secretaria Estadual, para elaborar e por em práticas projetos para seu público no Estado.

O Programa destina suas bolsas para sete categorias diferentes, cinco para os atletas e para-atletas (Bolsa Formador, Escolar, Nacional, Internacional e Olimpo) e duas delas sendo para os técnicos (Bolsa Técnico Formador e Técnico). Ao destinar as bolsas para essas categorias, o programa almeja atender o esporte de caráter de iniciação até o rendimento. As bolsas têm duração de 12 meses a partir da assinatura do contrato, e têm valores diferentes para cada categoria de bolsa. Os atletas com deficiência recebem as bolsas em cada categoria junto com o esporte olímpico, não existindo um grupo de bolsa específica a esse público.

As categorias das bolsas do TOP são semelhantes aos do programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, inclusive nos valores de cada categoria, a diferença deve-se ao fato das bolsas destinadas aos técnicos, categoria essa que não é contemplada no programa federal. Segue algumas características de cada categoria de bolsa:

- **Bolsa atleta Formador:** destina-se a atletas entre 11 e 14 anos em escolas públicas que participem de competições escolares no esporte Olímpio e Paralímpico, o valor da Bolsa é de R$150,00 (cento e cinquenta reais) por mês;
- **Bolsa Atleta Escolar:** para atletas entre 11 e 18 anos para atletas de modalidades olímpicas e 11 a 21 anos para atletas de modalidades paralímpicas, matriculados em escola pública ou privada (ensino fundamental, médio ou superior) que tenham bons resultados em competições regionais, nacionais e internacionais. O valor da bolsa é de R$500,00 (quinhentos reais) mensais;
- **Bolsa Atleta Nacional:** esta categoria não tem limites máximos ou mínimos de idade e é destinada para atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas que competem por entidades

paranaenses e que tenham resultados expressivos no cenário nacional, o valor da bolsa é de R$1.000,00 (um mil reais) por mês;

- **Bolsa Atleta Internacional:** bolsa para atletas olímpicos ou paralímpicos que tenham resultados em competições internacionais e que estejam ligados há alguma entidade do estado, também não havendo limites de idade. O valor desta bolsa é de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês;
- **Bolsa Atleta Olimpo:** bolsa para atletas que participaram de algum edição dos Jogos Olímpicos ou paralímpicos e que mantém algum tipo de vínculo com entidades Paranaenses. Não tem limite de idade e o valor da bolsa é de R$3.000,00 (três mil reais) por mês;
- **Bolsa Técnico Formador:** esta bolsa é destinada para técnicos de atletas ou entidades paranaenses, ou estar residindo no estado, tendo a obrigatoriedade de ter algum tipo de vínculo com a estabelecimentos de ensino da rede estadual de ensino do Paraná. O valor da bolsa é de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês; e
- **Bolsa Técnico:** destina-se aos técnicos que residem e treinam atletas ou equipes paranaenses, a bolsa irá para os técnicos que apresentarem melhores resultados em seus currículos esportivos, o valor da bolsa é de R$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por mês.

Podemos observar na tabela a seguir alguns números.

Tabela 1. Tabela demonstrativa do número de bolsas destinada por categoria e ano.

Ano / Tipo	2011	2012	2013/2014	2015/2016	Total
Única	30	-	-	-	**30**
Escolar	-	49	39	36	**124**
Nacional	-	10	07	24	**41**
Internacional	-	03	02	-	**05**
Olimpo	-	-	01	04	**05**
Formador	-	20	32	50	**102**
Técnico	-	09	08	08	**25**
TOTAL	**30**	**91**	**89**	**112**	**322**

Fonte: Do autor.

Desde 2011, 322 bolsas foram destinadas ao esporte Paralímpico entres todas as categorias de bolsa, e percebe-se um aumento a cada edição do projeto. Essas bolsas foram distribuídas entre 126 atletas com algum tipo de deficiência. No ano de 2011 não existiam caracterização de bolsas, por isso a categoria intitulada "Única", a partir do ano de 2102 outras categorias foram adicionadas, o que facilitava inclusive, a inscrição por parte dos atletas em sua respectiva categoria.

Percebemos que o número total de bolsas aumentou ao longo dos anos, mostrando um investimento maior a cada edição por parte da secretaria. Outro dado importante é o fato do maior número de bolsas estarem concentrado na base do paradesporto, pois o maior número de bolsas destina-se a categoria escolar e formador. Outro ponto relevante desta ação são as bolsas voltadas aos técnicos, o que não acontece, por exemplo, no programa Bolsa atleta do governo federal.

JOGOS ABERTOS PARADESPORTIVOS DO PARANÁ

Essa competição entrou no calendário de eventos da Secretaria Estadual de Esportes no ano de 2012, sendo considerado um dos jogos oficiais do Estado. Até hoje foram realizadas cinco edições, todas pela supervisão e coordenação da Secretaria Estadual de Esportes do estado do Paraná.

No que diz respeito aos princípios dos jogos, segundo o Art.4, os mesmos são decorrentes da política que o Governo do Paraná adota para o desenvolvimento do esporte, como por exemplo princípios da soberania, da democratização, da liberdade, da educação, entre outros. Em relação ao Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPs), em seu artigo único, acrescenta-se mais alguns princípios, tais como, o associativismo, a inclusão e valorização da pessoa com deficiência. No art.5º e em seu parágrafo único:

> **ART.5º.** São objetivos dos Jogos Oficiais do Paraná: **I –** Promover a integração sócio-esportiva entre várias representações municipais, e as pessoas que as integram; **II –** Propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência do estado do Paraná como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo para o pleno exercício da cidadania; **III –** Compensar os efeitos nocivos da vida moderna, contribuindo para a preservação e promoção da saúde humana; **IV –** Gerar atividade econômica com mercado diferenciado pela oferta de novos empregos, serviços e bens de natureza esportiva; **V –** Estimular o desenvolvimento técnico esportivo das representações municipais, buscando avaliar e apresentar subsídios a partir da análise científica, quantitativa e qualitativa; **VI –** Interagir com os demais segmentos afins que contribuem no desenvolvimento do Paradesporto do Paraná.
> **Parágrafo Único –** São objetivos específicos do PARAJAP'S: **I –** Redimensionar os valores, sócio -culturais- esportivos dos participantes, através da democratização das práticas paradesportivas; **II –** Oportunizar a participação dos atletas em competição com nível técnico mais elevado, encaminhando-os para o esporte de rendimento (PARANÁ, 2012).

Analisando primeiro o art. 5º existe uma preocupação por parte dos jogos oficiais em atender a demanda da pessoa com deficiência no que diz respeito da participação em jogos. Pensando nisso, a SEES criou o PARAJAPs, competição que tem como objetivo desenvolver o esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência do estado do Paraná. A competição conta com a participação da comunidade paradesportiva, através de federações e entidades paradesportivas, consideradas:

> **Parágrafo Único –** Para os efeitos do disposto neste artigo entende-se por organização paradesportiva as associações, clubes, entidades e federações que promovam ações adotadas, desenvolvidas e executadas que evidenciem o caráter social, inclusivo, político, econômicas e culturais dos Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná elaboradas a partir de critérios técnicos e científicos (PARANÁ, 2012).

Portanto, essas entidades são as responsáveis pelo movimento paralímpico no estado, vale ressaltar que a estrutura organizacional do esporte paralímpico se dá de maneira diferente do esporte convencional, apresentando características próprias[1]. Na elaboração dessa política pública, ao aproximar a organização das entidades que fazem o esporte paralímpico no estado, mostrou a preocupação na interação e na compreensão mais ampla do significado do movimento paralímpico.

No quadro a seguir poderemos compreender alguns números ao fim de cinco edições dos jogos.

Tabela 2. Tabela demonstrativa do número de participantes, atletas e municípios dentro dos locais de competição e seus respectivos campeões por ano.

Ano	Quantidade de modalidades	Quantidade de atletas	Quantidade de municípios	Local	Campeão geral
2012	20	500	29	Londrina	Curitiba
2013	16	787	27	Londrina	Curitiba
2014	14	800	32	Londrina	Curitiba
2015	15	1.100	35	Curitiba	Curitiba
2016	15	1.300	40	Curitiba	Curitiba

Fonte: Do autor.

Ao todo foram cinco edições, as três primeiras foram realizadas em Londrina, através da parceria entre SEET, a secretaria de esportes de Londrina e a Universidade federal de Londrina. Em 2015 e 2016, a competição aconteceu na capital do estado, nas dependências da Universidade positivo.

A hegemonia do título de campeão pertence a Curitiba, a Capital do estado é a responsável por levar sempre a maior delegação, o que aumenta as chances de sair com o primeiro lugar. O número de municípios que participam aumenta cada ano, mostrando que as cidades têm cada vez mais interesse em

[1] Existem diferentes formas de gestão do movimento paralímpico brasileiro, como por exemplo o Comitê Paralímpico Brasileiro que tem uma dupla função no sistema paralímpico, sendo a entidade máxima do movimento paralímpico e também age como Confederação de algumas modalidades como a natação por exemplo. Além de entidades que administram modalidades a partir da deficiência, como é o caso do Judô, Goalball e futebol de 5. (Reis, 2014)

levar os atletas para uma competição de nível técnico mais elevado, como é apresentado no estatuto dos jogos.

Bem como o crescente número de municípios, percebemos também, o aumento do número de participantes a cada edição. Nos dois últimos anos, as mesmas modalidades foram escolhidas pela organização para serem realizadas, são elas: Atletismo, Badminton, Basquetebol em cadeira de rodas, Bocha, Canoagem, Ciclismo, Futsal, Goalball, Golf 7, Handebol (deficientes físicos e intelectuais), Hipismo, Natação, Tênis de mesa, Vôlei sentado e Xadrez (deficientes visuais e intelectuais).

DISCUSSÃO

Podemos compreender políticas públicas como ações desenvolvidas pelo governo com o intuito de oferecer condições de igualdade no convívio social, essas ações devem ser analisadas e, caso seja necessário, propor mudanças para a adequação dessas ações (Dias, 2012; Souza, 2003). As políticas públicas analisadas são importantes e foram pensadas tendo o mesmo fim, contribuir com o desenvolvimento do paradesporto no estado do Paraná. Através dos números, podemos entender que são ações que buscam a cada ano, atingir um maior número de pessoas e as mesmas buscam se adequar a realidade do estado.

As duas ações que foram analisadas são programas que têm focos diferentes, embora ambas trabalhem com a pessoa com deficiência. No entanto, o PARAJAPs é uma ação voltada exclusivamente para o desportista com deficiência, é uma competição que atinge aqueles que já estão em um determinado nível de rendimento. Esta competição é importante principalmente no intuito de disseminar o paradesporto, uma vez que os municípios precisam se preparar para o evento, treinando e captando novos atletas com deficiência e profissionais que tenham vontade de trabalhar com este público.

Enquanto a bolsa do TOP foi pensada e destinada para pessoas com e sem deficiência, tentando abranger todas as idades e níveis de atletas. O programa Talento Olímpico, como já foi dito, se assemelha com o programa do Ministério do Esporte conhecido como Bolsa Atleta. O programa busca, assim como o PARAJAPs, disseminar o paradesporto no Estado, oferecendo a oportunidade do atleta continuar treinando, investir em competições, viagens, profissionais, materiais de treino entre outros itens que irão contribuir com seu desenvolvimento enquanto atleta.

Ainda assim, políticas públicas devem estar em constante avaliação, principalmente quando compreendemos que uma política pública pode ser entendida como um ciclo, este ciclo é formado por alguns estágios, que pela compreensão de Frey (2000) pode-se dividir em 5 fases: percepção e definição dos problemas; elaboração dos programas; implementação de políticas; avaliação de políticas e correção da ação, essas fases dizem respeito a uma série de elementos do processo político-administrativo. Portanto, ressaltamos a importância, inclusive da academia, na contribuição da avaliação e no auxílio de correção das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma política pública exclusiva para um público é fundamental, ainda mais, levando-se em conta que o paradesporto e seus adeptos apresentam características específicas. Ao analisar essas ações reforça-se a necessidade da continuidade das mesmas, uma vez que a podemos compreendê-las como políticas de Governo. Políticas de Governo são aquelas que, ao mudarem os responsáveis pela gestão, as políticas podem se alterar também. As Políticas de Estado são aquelas que não mudam independente dos agentes responsáveis (Reis, 2014).

Além dessas duas ações, o estado poderia pensar e agir de outras formas para poder contribuir com o paradesporto estadual. Como por exemplo, propor ações nas escolas, divulgando as modalidades paradesportivas, bem como proporcionar uma formação continua para professores e técnicos que tenham interesse em trabalhar com esse público.

Ressalta-se por fim, a importância da academia na discussão e análise constante dessas ações, uma vez que políticas públicas, após pensadas e formuladas, se tornam programas, projetos e ações, e quando implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e à análise dos pesquisadores (Souza, 2003).

REFERÊNCIAS

DA ROSA, Ricardo Lemes. A Política nacional de Esporte e sua Relação entre o Global e o Local. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Edison; MAGNO E SILVA, Marília Passos. Pessoas com Deficiência: Aspectos epidemiológicos. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas nº21 – Junho de 2000.

_____. Análise de Políticas Públicas: Algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. PPGSP/UFSC. Cadernos de Pesquisa, nº18, 1999. São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEZZADRI, Fernando Marinho. A Estrutura do Esporte Paranaense: da formação dos clubes a atual situação. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do Estado do Paraná. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. IN: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 2ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Rafael Estevam. Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técncias. 3. ed. rev. e ampl. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHEID, Luciana; ROCHA, Edilson Alves da. Organização Administrativa do Desporto Paralímpico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

SHERRILL, C. Adapted physical activity, recreation, and Sport: crossdiciplinary and lifespan. 6 ed. Boston: Mc Graw-Hill, c2004. 783p.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre o subcampos políticos/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. Políticas Públicas para o Esporte e Lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte {e} II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

WINCKLER, Ciro. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

WINCKLER, Ciro; COSTA, A.M. A Educação Física e o esporte Paralímpico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

MINIBIOGRAFIA



Rafael Estevam Reis (rafael_e_reis@hotmail.com)

Membro do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas para o Esporte da Universidade Federal do Paraná. Bacharelado e Licenciatura em Educação Física pela Universidade Positivo (2010); Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2014); Doutorando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2019); Especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Positivo (2015); Especialização em Gestão e Marketing esportivo pela Uninter (2016). Diretor de Assuntos Internacionais na Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas. Coordenador de Paradesporto na Associação Dos Deficientes Físicos de Campo Largo. Presidente da ONG Clube de Futebol Adaptado.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1190314608546716



Fernando Marinho Mezzadri (fmezzadri@uol.com.br)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8601-5227

Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças e professor Associado da Universidade Federal do Paraná, na disciplina de Política Pública para o Esporte na graduação e pós-graduação. Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2000). Desenvolvo pesquisas nas áreas de Políticas Públicas para o esporte, coordeno o Projeto Inteligência Esportiva em parceria com o Ministério do Esporte e represento o Brasil na pesquisa sobre anti-doping desenvolvida pela UNESCO. Diretor da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte/ALESDE, membro da International Sociology of Sport Association/ISSA.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1053074023423763